- e) A direcção da Casa do Douro será eleita directamente, segundo o sistema maioritário e por lista completa, pelos vitivinicultores voluntariamente inscritos nos cadernos eleitorais da Casa do Douro, os quais constituirão para este efeito um só círculo eleitoral;
- f) Além dos membros da direcção, o conselho da direcção terá membros eleitos pelo Conselho Regional de Vitivinicultores;
- g) O Conselho Vitivinícola Interprofissional será composto por representantes, em número igual, da lavoura e do comércio de vinhos de qualidade da Região Demarcada do Douro e por um representante do Estado nomeado pelo ministro da tutela, que a ele presidirá;
- h) A Casa do Douro ficará sob tutela do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Art. 2.º A presente autorização legislativa tem a duração de 90 dias.

Aprovada em 10 de Janeiro de 1989.

O Presidente da Assembleia da República, *Vítor Pereira Crespo*.

Promulgada em 10 de Fevereiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendada em 15 de Fevereiro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 152/89

de 2 de Março

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, face à especificidade de funções que lhe estão cometidas, teve de recorrer à requisição e destaca-

mento de diverso pessoal para exercer tarefas de apoio administrativo, que se vieram a revelar, com o decorrer do tempo e também em virtude de alterações estruturais entretanto ocorridas na Presidência do Conselho de Ministros, não serem de mero exercício transitório, mas antes assumirem carácter de permanência.

De entre aqueles funcionários alguns pertencem a organismos extintos, outros a organismos em vias de extinção e outros ainda a quadros de efectivos interdepartamentais.

Considerando o interesse para aquele serviço em continuar a garantir a colaboração permanente e efectiva daquele pessoal;

Considerando as orientações estabelecidas na legislação aplicável aos excedentes e aos organismos extintos ou em extinção, designadamente o disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 42/84 e na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/84, ambos de 3 de Fevereiro, e no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 466/88, de 15 de Dezembro:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e do Orçamento, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros é alargado com os lugares constantes do quadro anexo, o qual faz parte integrante do presente diploma.

2.º Os lugares referentes ao grupo de pessoal administrativo são extintos à medida que vagarem.

3.º Nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro, serão objecto de transferência para a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros as verbas orçamentadas para satisfação dos encargos com o pessoal integrado em quadros de efectivos interdepartamentais que vier a ser provido nos lugares criados pela presente portaria.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças.

Assinada em 10 de Fevereiro de 1989.

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes*. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Rui Carlos Alvarez Carp*.

Quadro anexo à Portaria n.º 152/89

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Letra de vencimento
Administrativo.....	3	Execução de funções de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade, processamento, pessoal, aprovisionamento, economato e dactilografia.	Oficial administrativo.	Segundo-oficial.....	5	L
	2	Execução de trabalhos de dactilografia e ou de tarefas elementares do oficial administrativo.	Escriturário-dactilógrafo.	Escriturário dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	3	N, Q ou S
Auxiliar.....	2	Condução e conservação de viaturas ligeiras.	Motorista de ligeiros.	Motorista de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	2	O ou Q
	1	Vigilância de instalações, acompanhamento de visitantes, recepção e distribuição de expediente.	Auxiliar administrativo.	Auxiliar administrativo de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	1	S ou T